

Demonstrações Financeiras

Verde Ambiental Alagoas S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Verde Ambiental Alagoas S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Ambiental Alagoas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha registrado saldos de ativos intangíveis de concessão e ativos de contrato, divulgados nas notas explicativas 09 e 10, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica Ativo intangível quando entram em operação.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluíram, dentre outros: (i) obtenção do entendimento do processo e relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; (ii) testes documental dos gastos incorridos durante o exercício de 2025 com obras em andamento relacionados à construção da infraestrutura de concessão, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; (iii) teste sobre os custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (iv) recálculo das amortizações reconhecidas no exercício de 2025 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Giuseppe Grimaldi'.

Giuseppe Grimaldi
Contador CRC RJ-133899/O

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.833	145.081
Contas a receber	5	26.759	21.764
Estoques	6	5.842	5.808
Despesas antecipadas	7	10.394	7.888
Outros ativos circulantes		9.427	7.781
Total do ativo circulante		103.255	188.322
Não circulante			
Depósito vinculado		7.553	4.306
Tributos diferido	20	28.214	23.880
Imobilizado	8	7.617	8.317
Ativo de contrato	10	36.939	16.538
Intangível	9	758.119	657.806
Direito de uso	13	4.434	5.455
Outros ativos não circulantes		14	-
Total do ativo não circulante		842.890	716.302
Total do ativo		946.145	904.624
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	10.404	15.891
Empréstimo	12	2.507	605
Debêntures	12	5.852	136.849
Passivo de arrendamento	13	4.564	-
Outras contas a pagar		6.280	5.259
Total do passivo circulante		29.607	158.604
Não circulante			
Provisões para contingências	14	530	202
Passivo de arrendamento	13	461	5.771
Empréstimo	12	317.693	200.063
Debêntures	12	471.807	437.264
Total do passivo não circulante		790.491	643.300
Patrimônio líquido			
Capital social	15	173.304	141.457
Prejuízos acumulados		(47.257)	(38.737)
Total do patrimônio líquido		126.047	102.720
Total do passivo e patrimônio líquido		946.145	904.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	104.813	87.764
Receita de construção	16	19.678	16.233
Custo de serviço prestado	17	(91.651)	(87.304)
Custo de construção	17	(19.678)	(16.233)
Lucro bruto		13.162	460
Despesas operacionais	18		
Despesas gerais e administrativas		(16.109)	(14.705)
Serviços de terceiros		(3.059)	(2.320)
Perdas estimadas com liquidação duvidosa		(9.282)	(6.383)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(15.288)	(22.948)
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		16.331	9.207
Despesas financeiras		(13.897)	(14.700)
Resultado financeiro líquido		2.434	(5.493)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.854)	(28.441)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	4.334	14.102
Prejuízo do exercício		(8.520)	(14.339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(8.520)	(14.339)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(8.520)</u>	<u>(14.339)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15	55.000	(24.398)	30.602
Integralização de capital		86.457	-	86.457
Resultado do Exercício: prejuízo do exercício		-	(14.339)	(14.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	141.457	(38.737)	102.720
Integralização de capital		31.847	-	31.847
Resultado do Exercício: prejuízo do exercício		-	(8.520)	(8.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	173.304	(47.257)	126.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.854)	(28.441)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	30.207	30.403
Juros de arrendamentos	965	753
Juros sobre empréstimos e debêntures e variação monetária	84.831	76.871
Provisão de perdas de créditos de liquidação duvidosa	9.282	6.383
Provisão de contingências	540	431
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(14.277)	(10.732)
Estoques	(34)	(2.297)
Despesas antecipadas	(2.506)	(11.364)
Outros ativos	(1.660)	(4.791)
Fornecedores	(5.487)	8.413
Outros passivos	1.021	1.112
Contingências	(212)	(245)
Arrendamento	4.444	(623)
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais	<u>94.260</u>	<u>65.873</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.338)	(215)
Baixas de imobilizado	64	-
Aquisição de intangível	(147.310)	(139.773)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(148.584)</u>	<u>(139.988)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	31.847	86.457
Depósitos vinculáveis	(3.247)	(4.306)
Captação de empréstimos	117.630	450.000
Captação de debêntures	-	630.000
Custo de captação	(4.456)	-
Pagamento de debêntures	(146.496)	(478.674)
Pagamento de empréstimos	-	(470.000)
Pagamento de juros debêntures	(12.845)	(85.784)
Pagamento de juros empréstimos	(15.586)	(20.396)
Pagamento de juros de arrendamento	(965)	(753)
Pagamento de principal dos arrendamentos	(5.806)	(4.587)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(39.924)</u>	<u>101.957</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(94.248)</u>	<u>27.842</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	145.081	117.239
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	50.833	145.081
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(94.248)</u>	<u>27.842</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Verde Ambiental Alagoas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado, constituída em 14 de janeiro de 2022, com sede em União dos Palmares - AL. Seus acionistas são CYMI Saneamento e Participações S.A. e Aviva Ambiental S.A. A Companhia tem como objeto social a exploração da concessão de serviços públicos municipais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário nos municípios do Bloco C - Zona da Mata e Litoral Norte de Alagoas.

Em 8 de março de 2022, a Companhia assinou contrato de concessão para projeto de infraestrutura em serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em conformidade com a concorrência pública nº 002/2021 do Bloco C, que abrange os municípios da Zona da Mata e Litoral Norte de Alagoas. O prazo de concessão é de 35 anos, com início da operação em 1º de outubro de 2022.

a) Programa de Compliance

A Companhia compromete-se a conduzir suas atividades com integridade, seguindo altos padrões éticos e de transparência, em conformidade com legislações nacionais e internacionais. Adota uma postura de tolerância zero à corrupção, discriminação e a comportamentos antiéticos.

Para isso, a Verde Ambiental Alagoas S.A. implementou Políticas de Compliance em sua governança corporativa, estabelecendo diretrizes que orientam as relações de funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Essas Políticas visam promover a cultura ética e a integridade, além de mitigar riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta a atos ilícitos.

b) Impacto ambiental, social e práticas de governança

A estratégia da Companhia é alinhada aos princípios de sustentabilidade e aos seus valores, visando à segurança e proteção de colaboradores, meio ambiente e comunidade.

A Verde Ambiental Alagoas S.A. está empenhada em melhorar o acesso à água tratada e ao tratamento de esgoto, com metas de universalização em 2 e 8 anos, respectivamente. Essa abordagem está em conformidade com o Novo Marco Legal de Saneamento Básico, que estipula a meta de 99% da população com acesso à água potável e 90% ao tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia elaborou estas demonstrações financeiras considerando o pressuposto de que continuará em operação no futuro. A administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas significativas acerca da continuidade da Companhia.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2026.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

O valor justo é definido como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou o montante que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação que ocorre em condições normais de mercado na data de mensuração. Essa definição aplica-se independentemente de o preço ser diretamente observável ou derivado por meio de técnicas de avaliação alternativas. Na determinação do valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia considera as características específicas do ativo ou passivo, desde que essas características sejam relevantes para os participantes do mercado na formação do preço na data de mensuração. O valor justo, para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras, é, portanto, estabelecido com base nessa abordagem.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são exibidas em milhares de reais e foram arredondadas para o valor mais próximo, a menos que indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração destas demonstrações financeiras, a administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, bem como os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Assim, os resultados reais podem diferir das estimativas apresentadas.

As estimativas e premissas são continuamente revisadas. As alterações relacionadas às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que ocorrem e em qualquer exercício futuro que seja impactado.

a) *Mensuração do valor justo*

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo e passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) *Mensuração do valor justo--Continuação*

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

As políticas contábeis materiais adotadas estão descritas a seguir.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos mantidos em contas correntes bancárias, bem como depósitos a curto prazo que apresentam alta liquidez e um prazo de vencimento de três meses ou menos a partir da data de contratação. Esses ativos são caracterizados por estarem sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Os saldos de caixa e equivalentes são mantidos com a finalidade de garantir a cobertura de compromissos financeiros de curto prazo, sendo sua utilização restrita a essa finalidade e não destinada a investimentos ou outros objetivos.

2.4. Depósitos Vinculados (Conta reserva dos Credores)

Refere-se à conta-corrente e aplicação financeira vinculada dos financiamentos do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), classificados no ativo não circulante. Sua finalidade é atender às garantias dos financiamentos firmados, os quais permanecerão retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. São mantidos para atendimento às exigências contratuais e têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Contas a receber e Receita de contrato com cliente

A Companhia atua no setor de saneamento, oferecendo serviços abrangentes que incluem a captação, tratamento e distribuição de água, bem como a gestão da coleta e tratamento de esgoto. Essa prestação de serviços abrange os 27 municípios pertencentes ao Bloco C. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o serviço é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse serviço.

Serviço de captação, tratamento e distribuição de água

A receita proveniente dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água é reconhecida quando é registrado o consumo do cliente, em intervalos aproximados de 30 dias, conforme o calendário e os ciclos de leitura do hidrômetro instalado no local indicado pelo cliente.

Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no medidor ou impedimento de acesso a ele, à apuração do volume consumido observará, na ordem, os seguintes critérios:

- Média aritmética dos consumos faturados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias com medição normal.
- Caso ocorra impedimento de leitura para apuração do volume consumido em período superior a 180 (cento e oitenta) dias, a média a ser utilizada será a última conhecida; e
- Volume equivalente ao consumo mínimo.

Serviço de gestão de coleta e tratamento de esgoto

A receita de coleta e tratamento de esgoto se dá a partir da disponibilidade para o cliente de rede coletora de esgoto com separador absoluto ou rede mista, em que o faturamento representa 80% sob o valor faturado de água consumido pelo cliente.

Serviços complementares

A Companhia oferece serviços complementares que são realizados e cobrados de forma separada, a pedido do cliente. A receita desses serviços é reconhecida no momento da emissão da fatura, que ocorre após a conclusão efetiva do serviço e a sua transferência ao cliente. O valor cobrado reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da prestação do serviço, assegurando que as receitas sejam registradas de maneira adequada e transparente nas demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Contas a receber e Receita de contrato com cliente--Continuação

Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de reembolso

Um passivo de restituição é reconhecido pela obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida de um cliente antecipadamente. Os passivos de reembolso da Companhia podem dar origem ao direito de compensações e abatimentos.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia adota uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada nas contas a receber. As estimativas de perda são reconhecidas com base em títulos vencidos há mais de 180 dias para os segmentos Comercial, Industrial e Residencial. Para o segmento público, a estimativa leva em consideração títulos com atraso superior a 24 meses.

Adicionalmente, a Companhia, em conformidade com os requerimentos da IFRS 9, incorpora em sua metodologia de mensuração de perdas de crédito esperadas uma análise prospectiva, considerando não apenas o histórico de inadimplência, mas também informações atuais e projeções macroeconômicas relevantes, bem como a segmentação da carteira, o perfil de risco dos clientes e a expectativa de recuperação dos créditos.

Reconhecimento da receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos de serviços de construção prestados, apurando margem de lucro zero.

Reconhecimento de receitas - Estimativa da contraprestação por competência

A Companhia desenvolveu um modelo para estimar a previsão de receita consumida e não faturada dentro da competência, de forma que considera o cálculo *pro rata* por dia de consumo através do clico de faturamento do mês seguinte a fim de estimar o reconhecimento da receita a faturar.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Veículos: 5 anos
- Equipamentos de informática: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 10 anos
- Móveis e utensílios: 10 anos

A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. Em particular, a Companhia considera o impacto da saúde, segurança e legislação ambiental na avaliação do valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos. resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Ativo financeiro e ativo de contrato

A Companhia contabiliza os contratos de concessão em conformidade com a Interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão, que estabelece as condições que devem ser atendidas para que as concessões públicas sejam consideradas dentro de seu escopo. A infraestrutura relacionada a essas concessões não é reconhecida como ativo imobilizado pela concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere o direito de controle sobre o uso da infraestrutura de serviços públicos. O que ocorre é a cessão da posse desses bens para a prestação de serviços públicos, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão, com a possibilidade de indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, quando aplicável. O concessionário opera a infraestrutura exclusivamente para fornecer os serviços públicos em nome do Poder Concedente, atuando como prestador de serviços por um período determinado.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

A Companhia reconhece um ativo relacionado ao contrato enquanto ele estiver em construção e não concluído para uso. Uma vez finalizado, esse ativo é classificado como ativo intangível por meio de uma transferência contábil, pois nesse ponto ele está pronto para iniciar sua amortização em função de sua utilização.

2.8. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) - Ativo Intangível.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Classes dos ativos intangíveis	Vida útil em anos
Contrato de concessão (outorga)	35 anos
Sistemas de abastecimentos de água	35 anos
Sistema de coleta de esgoto	35 anos
Software	5 anos

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é baixado no momento de sua venda, ou seja, na data em que o comprador obtém o controle sobre o ativo, ou quando não se prevê que ele gere benefícios econômicos futuros, seja por uso ou venda. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo – calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo – é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Contrato de concessão classificados como intangível

Os contratos de concessão são reconhecidos conforme a Pronunciamento Técnico CPC04 - Contratos de Concessão, que estabelece as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas se enquadrem no seu âmbito de aplicação.

A infraestrutura objeto do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle sobre o uso da infraestrutura de serviços públicos.

Em vez disso, ocorre a cessão da posse desses bens para a prestação de serviços públicos, com a condição de que, ao término do contrato de concessão, os bens sejam revertidos ao Poder Concedente, sendo devida a indenização à concessionária pelos investimentos não amortizados, quando aplicável. O concessionário tem permissão para operar a infraestrutura, exclusivamente para a prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, conforme estipulado no contrato de concessão, atuando como prestador de serviços por um período determinado.

A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito de cobrar dos usuários pela prestação dos serviços públicos, não possuindo, no entanto, o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Intangível--Continuação

Contrato de concessão classificados como intangível--Continuação

No contexto de um contrato de concessão, a estimativa da vida útil é determinada pelo período compreendido entre o momento em que a entidade se torna habilitada a cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura e o término do período de concessão.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório.

Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar.

Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.12. Arrendamentos--Continuação

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Aluguel de imóveis 3 a 5 anos;
- Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 3 anos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.12. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.13. Estoques

O estoque de produtos está organizado em polos e é composto, principalmente, por materiais destinados à manutenção, reparos e investimentos nos sistemas de água e esgoto operados pela Companhia. Os itens são avaliados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Imobilizado - Nota 2.6
- Intangível - Nota 2.8

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

A administração realiza anualmente a revisão do valor recuperável dos ativos, com o objetivo de avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Caso sejam identificadas evidências de desvalorização e o valor contábil líquido do ativo exceda seu valor recuperável, é constituída uma provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

2.15. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.15. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas para todas as contingências relacionadas a processos judiciais nas quais seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e para as quais seja possível fazer uma estimativa razoável. A avaliação da probabilidade de perda envolve a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências relevantes, as decisões mais recentes dos tribunais e sua aplicabilidade no contexto jurídico, além da consulta aos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas conforme as mudanças nas circunstâncias, como prazos de prescrição aplicáveis, resultados de inspeções fiscais ou novas exposições identificadas devido a novos fatos ou decisões judiciais.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3. Novas normas e interpretações

3.1. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025

Normas emitidas e vigentes

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início a partir de 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Essa mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se esperam alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros--Continuação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início a partir de 1º de janeiro de 2026.

É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos e disponibilidades geram juros a taxas flutuantes, determinadas com base nas taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos de curto prazo são realizados por períodos que variam de um dia a três meses, conforme as necessidades de caixa imediatas da Companhia, e os juros são pagos de acordo com as taxas aplicáveis a esses depósitos de curto prazo.

As aplicações financeiras são efetuadas por períodos que variam de acordo com as necessidades imediatas de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a rentabilidade média das aplicações financeiras era de até 102% do CDI.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerários em trânsito	447	552
Bancos conta movimento	4.172	2.872
Aplicações financeiras	46.214	141.657
Total	50.833	145.081

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes de abastecimento de água	32.949	21.866
Clientes e coleta de esgoto	5.994	3.206
Contas a receber a faturar	2.610	4.189
Perdas estimadas com liquidação duvidosa (i)	(19.418)	(10.136)
Clientes de serviços	3.782	2.121
Outras contas a receber	842	518
Total	26.759	21.764

(i) A constituição de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa foi efetuada com base nas faturas vencidas acima de 180 dias para os clientes residenciais, comerciais e industriais e acima de 730 para os clientes públicos, conforme política interna adotada pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise do vencimento de saldo do contas a receber era:

Composição por vencimento	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	4.530	1.567
Vencidos		
Até 30 dias	4.782	3.715
De 31 a 60 dias	1.587	1.299
De 61 a 90 dias	1.344	1.202
Acima de 90 dias	4.105	2.157
Acima de 180 dias	10.411	11.824
Total	26.759	21.764

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

Em 31 de dezembro, a movimentação de perdas estimadas com liquidação duvidosa era:

Perdas estimadas com liquidação duvidosa	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(10.136)	(3.753)
Provisão	(11.705)	(8.831)
Reversão	2.423	2.448
Saldo final	(19.418)	(10.136)

6. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Polo União dos Palmares	2.335	2.430
Polo Taquarana	333	351
Polo Japaratinga	336	440
Em poder de Terceiros	2.838	2.587
Total	5.842	5.808

Em 31 de dezembro de 2025, o estoque é composto por materiais de uso e consumo destinados à manutenção, reparos e investimentos nos sistemas de água e esgotamento sanitário operados pela Companhia. Esses materiais estão registrados pelo custo médio ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

7. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	288	346
Anuidade a apropriar	8	8
Licenças de software	86	122
Gastos com financiamentos (i)	10.012	7.412
Total	10.394	7.888

(i) Gastos com financiamentos referem-se aos dispêndios incorridos para a obtenção de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, incluindo, entre outros, custos com estudos técnicos, estruturação da operação e constituição de garantias.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Veículos	Equipamentos de informática	Moveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.910	858	1.346	1.491	1.266	9.871
Custo	6.720	1.179	1.564	1.694	1.299	12.456
Depreciação acumulada	(1.810)	(321)	(218)	(203)	(33)	(2.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.910	858	1.346	1.491	1.266	9.871
Adições	-	25	136	200	299	660
Baixas	(445)	(1)	-	-	-	(446)
Depreciação	(1.118)	(232)	(194)	(182)	(42)	(1.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.347	650	1.288	1.509	1.523	8.317
Custo	6.275	1.203	1.700	1.894	1.598	12.670
Depreciação acumulada	(2.928)	(553)	(412)	(385)	(75)	(4.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.347	650	1.288	1.509	1.523	8.317
Adições	-	181	353	787	17	1.338
Baixas	-	(25)	(39)	-	-	(64)
Depreciação	(1.271)	(236)	(188)	(232)	(47)	(1.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.076	570	1.414	2.064	1.493	7.617
Custo	6.275	1.359	2.014	2.681	1.615	13.944
Depreciação Acumulada	(4.199)	(789)	(600)	(617)	(122)	(6.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.076	570	1.414	2.064	1.493	7.617

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A vida útil dos principais ativos é apresentada pelas taxas destacadas no item 2.6 de Políticas Contábeis de Imobilizado.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Intangível

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de coleta de esgoto	Hidrometria	Software	Marcas e patentes	Contrato de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.133	1.427	6.446	419	6	521.053	550.484
Custo	21.209	1.432	6.694	424	6	524.858	554.623
Amortização Acumulada	(76)	(5)	(248)	(5)	-	(3.805)	(4.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.133	1.427	6.446	419	6	521.053	550.484
Adições	49.748	3.002	12.474	0	0	66.245	131.469
Amortização	(9.837)	(494)	(1.915)	(12)	0	(11.889)	(24.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.044	3.935	17.005	407	6	575.409	657.806
Custo	70.957	4.434	19.168	424	6	591.103	686.092
Amortização acumulada	(9.913)	(499)	(2.163)	(17)	-	(15.694)	(28.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.044	3.935	17.005	407	6	575.409	657.806
Adições	48.462	979	2.817	549	0	74.102	126.909
Amortização	(8.046)	(219)	(2.987)	(26)	0	(15.318)	(26.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	101.460	4.695	16.835	930	6	634.193	758.119
Custo	119.419	5.413	21.985	973	6	665.205	813.001
Amortização acumulada	(17.959)	(718)	(5.150)	(43)	-	(31.012)	(54.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	101.460	4.695	16.835	930	6	634.193	758.119

Sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto

Denominados bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos em poços, estações de tratamento de água, reservatórios, redes de distribuição de água, estações elevatórias, redes de coletas de esgoto e estações de tratamento de esgoto distribuídas entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia.

Hidrometria

Denominado bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos na modernização, substituição e padronização dos hidrômetros distribuídos entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia.

Contrato de concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2025 é composto principalmente por R\$430.000 referente a pagamento de outorga do bloco C da concorrência pública nº 002/2021, mais R\$235.205, distribuídos entre custos com estudo técnico e capitalização dos juros com empréstimos durante o período de universalização de água e esgotamento sanitário.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$74.102 (R\$66.245 em 31 de dezembro de 2024), segue movimentação:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	155.782	89.537
Adições	74.102	66.245
Total	229.884	155.782

A amortização é calculada com base no método sistemático pela curva de evolução do volume ao longo do prazo do contrato de concessão. A vida útil dos softwares e hidrometria é apresentada pela taxa destacada no quadro demonstrado no item 2.8 Políticas Contábeis do Intangível.

10. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção do sistema de abastecimento e distribuição de água e tratamento de esgoto nas concessões plenas, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como ativo intangível.

A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Relacionado ao intangível		
Saldo inicial	16.538	8.234
Adições (i)	20.401	8.304
Transferências	-	-
	36.939	16.538

(i) Gastos as adições referem-se aos custos incorridos na execução de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no valor de R\$ 19.678, bem como aos gastos com desapropriação de áreas necessárias à implantação dessas obras no valor de R\$ 723.

11. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores nacionais	8.322	13.616
Fornecedores - provisão	2.082	2.275
	10.404	15.891

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Fornecedores--Continuação

Os fornecedores nacionais não rendem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 30 dias.

12. Empréstimos e debêntures

a) Composição de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2025

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	BRL	08/01/2025	CDI + 0,700%	-	142.078
BNDES	BRL	15/03/2049	IPCA + 6,700%	487.345	437.265
BNB	BRL	15/05/2055	IPCA + 2,304%	320.200	200.668
(-) Custo de captação				(9.686)	(5.230)
Total de empréstimos e debêntures				797.859	774.781
Circulante				8.359	137.454
Não circulante				789.500	637.327
				797.859	774.781

b) Movimentação de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2025

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2024	Adições	Juros	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2025
Financiamento Curto Prazo	605	-	17.488	-	(15.586)	2.507
Financiamento Longo Prazo	200.063	117.630	-	-	-	317.693
Debêntures Curto Prazo	-	-	23.115	(4.418)	(12.845)	5.852
Debêntures Longo Prazo	579.343	-	44.228	(142.078)	-	481.493
(-) Custo de captação	(5.230)	(4.456)	-	-	-	(9.686)
Total	774.781	113.174	84.831	(146.496)	(28.431)	797.859

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros	Varição cambial	Amortização de principal	Amortização de juros e variação cambial	Saldo em 31/12/2024
Citibank - 4131	230.748	-	3.634	273	(220.000)	(14.655)	-
Financiamento Curto Prazo	-	-	605	-	-	-	605
Financiamento Longo Prazo	-	450.000	6.077	-	(250.000)	(6.014)	200.063
Debêntures Longo Prazo	447.246	630.000	66.555	-	(478.674)	(85.784)	579.343
(-) Custo de captação	(227)	(5.003)	-	-	-	-	(5.230)
Total	677.767	1.074.997	76.871	273	(948.674)	(106.453)	774.781

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2025--Continuação

Os vencimentos das parcelas do valor principal e juros dos empréstimos e debêntures por ano são os seguintes:

2026	8.359
2027	5.852
2028	5.852
2029	48.257
2030 em diante	729.539
	<u>797.859</u>

Empréstimos

Banco Citibank (*)

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de financiamento sob amparo da Lei nº 4131 com *swap* e data de vencimento em 16 de fevereiro de 2024. Esse contrato não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Foi integralmente liquidado em 16 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento do empréstimo mantido junto ao Banco Citibank, no valor total de R\$216.197.

Banco Itaú

Em 15 de fevereiro de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco Itaú um contrato de financiamento sob amparo da Lei nº 4131 com *swap* e data de vencimento em 15 de março de 2024. Esse contrato não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Foi integralmente liquidado em 15 de março de 2024, a Companhia realizou o pagamento do empréstimo mantido junto ao Banco Itaú, no valor total de R\$253.706.

Banco do Nordeste do Brasil

Em 30 de abril de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste um contrato de financiamento com valor de R\$549.558, dos quais já foram liberados R\$317.693, sendo que, desse montante, R\$ 117.630 foram desembolsados no exercício de 2025, com data de início de amortização em maio de 2029 e vencimento em maio de 2055, com o intuito de realização dos investimentos em CAPEX para o processo de universalização de água e esgoto.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2025--Continuação

Empréstimos--Continuação

Banco do Nordeste do Brasil - Continuação

No âmbito do contrato de financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., a Companhia está sujeita ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) de natureza financeira e não financeira, típicas desse tipo de operação, que visam resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e mitigar o risco de crédito da instituição financiadora.

As principais cláusulas restritivas de natureza financeira incluem:

- Manutenção de fundo de liquidez, por meio de conta reserva vinculada ao financiamento, em montante mínimo equivalente a 2,14% do valor total contratado, sujeito à recomposição em caso de desenquadramento;
- Obrigação de prestação periódica de informações financeiras, incluindo demonstrações financeiras auditadas e informações intermediárias, bem como demais informações solicitadas pela instituição financeira;
- Manutenção do nível de capital social integralizado conforme previsto contratualmente, sendo vedada sua redução sem anuência prévia da instituição financeira.

O descumprimento de quaisquer dessas cláusulas restritivas poderá ensejar o vencimento antecipado das obrigações assumidas no âmbito do referido contrato.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliou o cumprimento das referidas cláusulas restritivas e concluiu que a Companhia se encontra em conformidade com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2025--Continuação

Debêntures

Com o objetivo de financiar os custos iniciais da concessão, em 10 de julho de 2022 a Companhia celebrou junto ao agente fiduciário Vórtx e com garantias do Credit Agrícola um contrato de distribuição para a primeira emissão de debêntures de longo prazo com vencimento em 10 de janeiro de 2024.

Foi integralmente liquidada em 10 de janeiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento das debêntures junto ao agente fiduciário Vórtx, no valor total de R\$290.959.

Com o objetivo de financiar a realização de investimentos em CAPEX iniciais da concessão, em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia celebrou junto ao agente fiduciário Vórtx e com garantias do Deutsche Bank um contrato de distribuição para a segunda emissão de debêntures de curto prazo com vencimento em 15 de maio de 2024.

Foi integralmente liquidada de forma antecipada em 7 de março de 2024, a Companhia realizou o pagamento das debêntures junto ao agente fiduciário Vórtx, no valor total de R\$151.036.

Com o objetivo de financiar a realização de investimentos em CAPEX iniciais da concessão, em 15 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou junto ao agente fiduciário Vórtx e com garantias do Deutsche Bank um contrato de distribuição para a terceira emissão de debêntures de longo prazo com vencimento inicial em 8 de janeiro de 2025, sendo renovada nessa data com o novo vencimento para 8 de janeiro de 2026.

Foi integralmente liquidada em 2025, a Companhia realizou o pagamento das debêntures junto ao agente fiduciário Vórtx em três parcelas, sendo a primeira em 08 de julho de 2025, no valor de R\$ 10.565, a segunda parcela em 29 de setembro de 2025, no valor total de R\$ 70.000 e terceira parcela em 26 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 78.775.

Com o objetivo de financiar os custos com outorga, em 22 de fevereiro de 2024 a Companhia celebrou junto ao agente fiduciário BNDES e com garantias do Banco BTG Pactual S.A e Banco Societé Générale Brasil S.A., um contrato de distribuição para a quarta emissão de debêntures de longo prazo com vencimento em 15 de março de 2049, no valor de total de R\$400.000.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2025--Continuação

Debêntures--Continuação

As emissões de debêntures possuem alguns *covenants* contratuais financeiros e não financeiros que foram devidamente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos até a data de 31 de dezembro de 2025. São eles:

- Arquivamento na JUCEAL - Junta Comercial do Estado de Alagoas, da ATA da aprovação societária para emissão de debêntures;
- Arquivamento na JUCEAL - Junta Comercial do Estado de Alagoas, da escritura de emissão de debêntures;
- Apresentação ao agente fiduciário de declaração atestando a destinação dos recursos presentes na emissão das debêntures (a cumprir);
- Obrigação de apuração e manutenção de índices financeiros, incluindo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Dívida sobre Garantias (IDG), conforme definidos contratualmente;
- Obrigação de envio periódico de informações financeiras ao agente fiduciário, incluindo demonstrações financeiras auditadas e memória de cálculo dos referidos índices financeiros;
- Obrigação de comunicação tempestiva de eventos que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, incluindo alterações relevantes em sua condição econômico-financeira;
- Formalização de contrato de garantias.

13. Arrendamento

No exercício findo em 31 dezembro de 2025, os ativos e passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.455	5.771
Adições (i)	616	5.060
Amortização	(1.637)	-
Pagamento de principal	-	(5.806)
Juros	-	965
Pagamento de juros	-	(965)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.434	5.025

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Arrendamento--Continuação

(i) Refere-se ao enquadramento de novos contratos de locação de veículos no IFRS 16, como se segue:

Contrato	31/12/2025
Locação de veículos leves	219
Locação de veículos pesados	3.280
Locação de imóveis	255
Locação de máquinas	117
Reajustes contratuais	158
Baixa de depreciação por encerramento de contrato	(3.413)
Total de adições	616

As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

Natureza do arrendamento	Taxa a.a. (%)	Amortização mensal	31/12/2025	31/12/2024
Aluguel de veículos	1,13	358	4.060	4.740
Aluguel de imóveis	1,13	33	965	1.031
Total			5.025	5.771
Circulante			4.564	-
Não circulante			461	5.771

14. Provisões para contingências

O cálculo da provisão para contingências foi realizado com base no relatório das ações de natureza civil e trabalhista, considerando a avaliação dos consultores jurídicos. Esse cálculo abrange os processos em que a empresa figura como ré e cuja chance de perda é superior a 50%, sendo classificada como mais provável.

a) Processos de natureza cível

Correspondem a ações judiciais classificadas como reclamações cíveis, abrangendo, principalmente, disputas relacionadas a contestações de consumo e questões de responsabilidade civil.

b) Processos de natureza trabalhista

Referem-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciária, envolvendo principalmente a cobrança de verbas supostamente não pagas a empregados próprios e terceirizados, atualmente em diferentes instâncias judiciais.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Provisões para contingências--Continuação

b) Processos de natureza trabalhista--Continuação

As movimentações das provisões para processos judiciais foram realizadas da seguinte forma:

	Reclamações cíveis	Reclamações Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	-	16
(+) Provisões adicionais reconhecidas	431	-	431
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	-	-	-
(-) Pagamentos	(245)	-	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	202	-	202
(+) Provisões adicionais reconhecidas	445	95	540
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	-	-	-
(-) Pagamentos	(212)	-	(212)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	435	95	530

c) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Verde Ambiental Alagoas, na qualidade de concessionária de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas operações.

Com base na avaliação da Administração, suportada por pareceres de seus assessores jurídicos externos, as referidas demandas encontram-se classificadas como de perda possível no montante de R\$ 17.027. Dessa forma, não foi constituída provisão para tais contingências, sendo sua divulgação efetuada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais naturezas dos processos são: (i) ações cíveis relacionadas, principalmente, a pleitos indenizatórios decorrentes de interrupção ou falhas na prestação dos serviços, danos materiais e morais, bem como questões envolvendo ligações e faturamento; e (ii) reclamações trabalhistas envolvendo verbas rescisórias, horas extras e adicionais legais.

Dentro desse universo de ações, temos como destaque as demandas de natureza civil, no qual se discute responsabilidade por danos decorrentes da prestação dos serviços e indenizações por uso de propriedades privadas. O valor envolvido, na data-base das demonstrações financeiras, é de aproximadamente R\$ 13.318. Com base na avaliação jurídica disponível, a Administração entende que o risco de perda é classificado como possível, não sendo, portanto, reconhecida provisão.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Provisões para contingências--Continuação

c) Processos com probabilidade de perda classificada como possível--Continuação

A Administração acompanha continuamente a evolução desses processos, revisando suas estimativas e classificações de risco à luz de novos fatos e circunstâncias que possam impactar o desfecho das demandas.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, integralizado e a integralizar, da Companhia é de R\$ 173.304, dividido em 173.304.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que, para fins comparativos, em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$ 141.457, evidenciando aumento no período em função de aportes realizados e/ou deliberações societárias aprovadas ao longo do exercício.

A Companhia foi constituída em 14 de janeiro de 2022 com subscrição inicial de 1 ação, aprovada em Ata de Assembleia Geral de Constituição (AGC). Durante o exercício de 2022 ocorreu uma subscrição de capital no total de 49.999.000 ações, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA) na data de 10 de fevereiro de 2022.

Em 6 de março de 2023 a Companhia realizou subscrição de capital no total de 5.000 ações, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA). Todas as subscrições foram divididas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R\$1,00 (um real) por ação.

Em 2024, a Companhia realizou duas subscrições de capital que totalizaram R\$86.457 a primeira em março, no valor de R\$3.000, e a segunda em dezembro, no montante de R\$83.457. Ambas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e efetivadas por meio da emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1,00 (um real) por ação.

Em dezembro de 2025, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou o capital, no montante de 31.847, as subscrições foram realizadas por meio de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o valor unitário de R\$1,00 (um real) por ação.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	%	31/12/2025	%	31/12/2024
Cymi Saneamento e Participações S.A.	90%	155.974	90%	127.311
Aviva Ambiental S.A.	10%	17.330	10%	14.146
	100%	173.304	100%	141.457

b) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 47.257, decorrente, substancialmente, dos resultados negativos apurados em exercícios anteriores, destacando-se, para fins comparativos, o saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 38.737 tais prejuízos são passíveis de compensação com lucros futuros, em conformidade com a legislação societária vigente.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, apurou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. Sendo assim, não houve distribuição do resultado desde a constituição da Companhia.

d) Reserva legal

A reserva legal será constituída à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Sua constituição poderá ser dispensada quando, somada às reservas de capital, ultrapassar 30% do capital social. A reserva destina-se à compensação de prejuízos ou ao aumento de capital.

A Companhia não constituiu reserva legal em virtude da apuração de prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025, conforme artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

A apresentação das receitas leva em consideração a política de reconhecimento de receitas estabelecida pela legislação fiscal, que não considera o conceito de transferência do controle estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro.

Abaixo é demonstrada a conciliação dessas receitas com as receitas de contrato com cliente divulgadas nestas demonstrações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<i>Receita de contrato de clientes</i>		
Abastecimento de água	94.706	80.825
Coleta de esgoto	20.028	14.847
Serviços complementares	6.640	4.516
Receita líquida tributável	121.374	100.188
(-) PIS e COFINS	(10.991)	(8.960)
(-) Taxa ARSAL	(1.436)	(337)
(-) Cancelamentos e abatimentos	(4.134)	(3.127)
Deduções tributárias das receitas	(16.561)	(12.424)
Receita líquida total	104.813	87.764

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Programa de Integração Social ("PIS") com alíquota de 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") sob alíquota de 7,6% e Taxa da Agência Reguladora de Serviço Público do Estado de Alagoas ("ARSAL"), sob alíquota de 2,00% do faturamento.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de construção (*)	19.678	16.233
	19.678	16.233

(*) Receita de construção de acordo com o IFRS15 / CPC47.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Custo do serviço prestado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Compra da água	(22.115)	(19.872)
Pessoal	(18.864)	(18.183)
Serviços profissionais	(4.842)	(5.039)
Materiais	(4.504)	(4.366)
Energia	(5.143)	(6.830)
Aluguéis	(502)	(1.010)
Veículos	(3.092)	(2.636)
Custos com seguros	(496)	(380)
Depreciação e amortização	(30.969)	(28.278)
Outros custos	(1.124)	(710)
	<u>(91.651)</u>	<u>(87.304)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo de construção (i)	(19.678)	(16.233)
Custo Total	<u>(111.329)</u>	<u>(103.537)</u>

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura de investimentos previstos no contrato de concessão.

18. Despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(10.872)	(9.370)
Aluguel	(183)	(176)
Depreciação e amortização	(2.222)	(2.125)
Tributos, taxas e contribuições	(82)	(69)
Materiais	(283)	(260)
Informática	(858)	(1.053)
Energia	(71)	(122)
Telefonia	(89)	(116)
Internet	(195)	(212)
Seguros	(245)	(282)
Viagens	(110)	(230)
Outras despesas	(899)	(690)
Total - Despesas Gerais e Administrativas	<u>(16.109)</u>	<u>(14.705)</u>

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Despesas operacionais--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços advocatícios	(611)	(201)
Assessoria e consultoria	(734)	(846)
Limpeza e conservação	(1.044)	(750)
Fretes e carretos	(2)	(44)
Recrutamento e seleção	(118)	(99)
Propaganda e publicidade	(90)	(95)
Serviços de auditorias	(209)	(32)
Organização de festas e eventos	(216)	(173)
Outras despesas	(35)	(80)
Total - Serviço de terceiros	(3.059)	(2.320)
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Perdas Estimadas com liquidação duvidosa	(9.282)	(6.383)
Total - Perdas estimadas com liquidação duvidosa	(9.282)	(6.383)

19. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendimento de aplicação financeira, líquido	13.883	7.185
Outras receitas financeiras	2.448	2.022
Receita financeira	16.331	9.207
Tarifas bancárias	(1.331)	(1.799)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(84.831)	(73.592)
Juros arrendamentos	(965)	(753)
Variação cambial	-	(4.265)
(-) Capitalização dos Juros - CPC 20	74.102	66.245
Outras despesas financeiras	(872)	(536)
Despesa financeira	(13.897)	(14.700)
Resultado financeiro líquido	2.434	(5.493)

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza	31/12/2024	31/12/2025	
		Reconhecido no resultado	Total
Perdas estimadas com liquidação duvidosa	3.446	3.156	6.602
Provisão para contingências	68	114	182
Prejuízo fiscal/Base negativa	69.724	24.544	94.268
Total do ativo fiscal diferido	73.238	27.814	101.052
Capitalização de juros	49.358	23.480	72.838
Total do passivo fiscal diferido	49.358	23.480	72.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.880	4.334	28.214

A administração aprovou reconhecimento de ativos fiscais diferidos com base na projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$72.159 reconhecidos nas apurações fiscais e passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

As diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2025, dentro dos próximos 14 anos.

21. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral: a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente das contas a receber de clientes, principalmente relacionadas à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota políticas de acompanhamento contínuo da inadimplência, incluindo a análise do histórico de recebimento, segmentação da carteira de clientes, cobrança ativa e, quando aplicável, a suspensão do fornecimento de serviços em casos de inadimplência prolongada, conforme regulamentação vigente.

A exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relatório, incluindo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, é apresentada a seguir:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.833	145.081
Contas a receber	5	26.759	21.764

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

b) Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Categoria	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	(B)	50.833	145.081
Depósitos Vinculados	(A)	7.553	4.306
Fornecedores	(B)	10.404	15.891
Debêntures	(B)	477.659	574.113
Empréstimos	(B)	320.200	200.668
Arrendamentos	(A)	5.025	5.771

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

(B) Custo amortizado

A administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia de valor justo

O conceito de “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Esses instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- (i) *Nível 1*: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- (ii) *Nível 2*: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- (iii) *Nível 3*: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo.

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes aos Depósitos Vinculado no montante de R\$ 7.553, em 31 de dezembro de 2025. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2025.

22. Seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados ao segmento saneamento básico. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Seguros--Continuação

	Seguradora	Vigência		Garantia segurada	Prêmio
		Início	Final		
Responsabilidade civil	AKAD SEGUROS	12/04/2024	12/04/2026	36.554	123
Garantia Contratual (ii)	EZZE SEGUROS	07/03/2025	07/03/2026	95.917	86
Riscos operacionais	AIG SEGUROS	29/09/2025	29/09/2026	327.805	183
Risco Engenharia	AXA SEGUROS	31/12/2024	31/12/2026	187.194	154
Risco Engenharia	AXA SEGUROS	31/12/2025	31/12/2027	173.694	128
Veículos (i)	SURA SEGUROS	04/02/2025	04/02/2026	2.323	134

(i) Em 4 de fevereiro de 2026 a Companhia renovou o seguro veículos através da apólice de seguro com a Sura Seguros no valor de R\$108.883,38.

(ii) Em 7 de março de 2026 a Companhia renovou o seguro-garantia através da apólice de seguro com a Pottencial Seguradora no valor de R\$100.194,54.

Isabel Cristina Conceição da Silva
***Diretora Administrativa e
Financeira***

Carlos Dagoberto Mendes Ferreira
***Contador Responsável
CRC AL - 007141/O2***